

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 12 de janeiro de 2024 às 07h54*  
*Seleção de Notícias*

## Exame.com | BR

Direitos Autorais

<b>Enquanto o New York Times processa a OpenAI, Sam Altman tenta licenciar conteúdos da Time, CNN e Fox .....</b>	<b>3</b>
---	----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | DA REDAÇÃO

Patentes

<b>Royalties: o que são, quais os tipos e como funcionam .....</b>	<b>4</b>
--	----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | DA REDAÇÃO

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

Direitos Autorais | Direito de Imagem

<b>Herdeiras de Garrincha ganham indenização pelo uso indevido da imagem do ídolo mundial ...</b>	<b>7</b>
---	----------

BLOGS | ANCELMO GOIS

## O Tempo Online | MG

Direitos Autorais

<b>Graciliano Ramos entra em domínio público e tem obra inédita publicada .....</b>	<b>8</b>
---	----------

## Super Interessante Online | SP

Direitos Autorais

<b>Para OpenAi, "seria impossível criar inteligência artificial sem conteúdos protegidos por copyright" .....</b>	<b>11</b>
---	-----------

AUTOR

# Enquanto o New York Times processa a OpenAI, Sam Altman tenta licenciar conteúdos da Time, CNN e Fox

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



A OpenAI está tentando resolver a questão dos **direitos** autorais sobre conteúdos usados pelo negociando licenças com gigantes da mídia dos EUA. Segundo a Bloomberg, na mesa de negociação estão a CNN, Fox Corp e Time.

Além disso, há esforços específicos para um acordo com a CNN, que permitiria que produtos da OpenAI citassem a organização de notícias em suas respostas.

A CEO da Time, Jessica Sibley, afirmou publicamente que as discussões com a OpenAI estão avançando, e que há otimismo em alcançar um acordo que valorize de forma justa o conteúdo da Time.

Essas negociações não são as primeiras da OpenAI no setor de mídia. A empresa já tem acordos com a Associated Press e a Axel Springer, proprietária da Politico e Business Insider.

### Controlando o risco

Esses movimentos fazem parte de um esforço maior das empresas de IA para acessar conteúdos de organizações jornalísticas, evitando riscos legais.

No entanto, a OpenAI enfrenta desafios jurídicos crescentes. Em dezembro, o 'New York Times's processou a empresa e sua controladora, a Microsoft, acusando-as de utilizar seu jornalismo para desenvolver produtos sem permissão ou pagamento.

A OpenAI se mostrou pronta para contestar a ação, argumentando que as evidências apresentadas pelo Times não contam a história completa.

Em um blog publicado na segunda-feira, 8, a OpenAI acusou o NY Times de manipulação intencional de prompts, reiterando seu apoio ao jornalismo e o desejo de parceria com organizações de notícias.

# Royalties: o que são, quais os tipos e como funcionam

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Entenda mais sobre o papel dos royalties mundo dos negócios e investimentos

desempenham um papel crucial em divers área, representando compensações financeir pelo uso de propriedade intelectual, recursos naturais e investimentos específicos.

Este artigo te ensinará a natureza dos royalties, abordando sua definição e variedades, desde royalties de propriedade intelectual até acordos em setores como petróleo e franqui.

Compreender como funcionam esses pagamentos é fundamental para criadores, investidores e empres, revelando estratégi para ganhar dinheiro e estabelecer relações comerciais sustentáveis em meio a diferentes setores econômicos.

O que são royalties?

são pagamentos feitos por uma parte, geralmente uma empresa ou indivíduo, a outro, pelo direito de usar uma propriedade intelectual, como **patentes**, **direitos** autorais, marc registrad ou teclogi.

Esses pagamentos são uma forma de compensação pelo uso contínuo ou pela exploração comercial da

propriedade intelectual detida pelo titular dos direitos.

O pagamento de royalties é comum em indústri como entretenimento, música, tecnologia e pesquisa. Por exemplo, um autor recebe royalties por cada cópia vendida de seu livro, um músico pelos streams de su músic e um inventor pelo uso de sua patente por terceiros.

Esses acordos contratuais garantem que os detentores dos direitos sejam recompensados financeiramente pelo valor de sua criação ou ivação () enquanto a parte que paga os royalties obtém permissão legal para usar a propriedade intelectual de forma específica e acordada.

para o gover

Os royalties do gover referem-se aos pagamentos recebidos pelo gover em troca do uso de recursos naturais ou ativos controlados pelo Estado.

Esses recursos incluem, por exemplo, petróleo, gás natural, minerais, florest e até mesmo concessões para serviços públicos.

Empres privad ou entidades exploram esses recursos e, em contrapartida, pagam ao gover uma porcentagem dos lucros ou uma taxa fixa, conhecida como royalties. Mesmo empres estatais, como a Petrobrás, faz pagamento de royalties.

Essa prática é comum em setores como a indústria petrolífera, onde empres pagam royalties do petróleo ao gover pelos direitos de exploração e produção de petróleo em determinad área.

Esses pagamentos servem como uma fonte significativa de receita para o gover, contribuindo para

Continuação: Royalties: o que são, quais os tipos e como funcionam

financiar serviços públicos, infraestrutura e programas sociais. A definição específica dos termos do contrato, incluindo a taxa de royalties, geralmente é estabelecida em acordos entre partes envolvidas.

para empresas privadas

Os royalties para empresas privadas são compensações financeiras que essas empresas devem fornecer aos proprietários ou detentores de direitos pelo uso de propriedade intelectual, recursos naturais ou tecnologia específicos.

Esses acordos são frequentemente estabelecidos por meio de contratos entre partes envolvidas.

No contexto de propriedade intelectual, como **patentes**, marcas registradas ou **direitos** autorais, empresas podem pagar royalties aos detentores desses direitos para utilizar e comercializar produtos ou serviços relacionados.

Já, como petróleo, gás, minerais ou até mesmo patentes de tecnologia específicas, empresas privadas podem pagar royalties ao governo ou aos proprietários privados em troca do direito de explorar e lucrar com esses recursos.

Esses pagamentos podem ser uma porcentagem dos lucros obtidos com a exploração ou uma taxa fixa, variando conforme os termos do contrato.

Essa prática é comum em setores como energia, mineração e tecnologia, onde o pagamento de royalties é uma forma de equilibrar o benefício econômico entre os detentores dos direitos e a empresa exploradora.

s investimentos

Os royalties em investimentos referem-se aos pagamentos periódicos feitos aos investidores ou detentores de determinados instrumentos financeiros em troca do uso ou exploração de ativos específicos.

Em contextos como investimentos em propriedade intelectual, startups ou projetos, os investidores podem receber royalties como uma forma de retorno sobre o capital investido.

Isso é comum em acordos com empresas que concedem a licença de tecnologia ou produtos, e os investidores recebem uma parcela dos lucros gerados por meio dessas atividades.

Além disso, alguns títulos financeiros, como os vinculados a setores de energia e mineração, podem incluir cláusulas de royalties.

Por exemplo, um investidor em títulos de uma empresa de mineração pode receber pagamentos periódicos com base na produção ou receita da mina.

Essa abordagem diversificada oferece aos investidores uma fonte alternativa de renda, muitas vezes vinculada ao desempenho dos ativos subjacentes, proporcionando uma maneira única de participação nos lucros de uma empresa ou projeto específico.

Outros tipos de royalties

Existem diversos tipos de royalties, cada um com suas propriedades específicas. Saiba um pouco mais sobre cada um:

1. de propriedade intelectual

de propriedade intelectual envolvem pagamentos de empresas que usam **patentes**, marcas registradas ou **direitos** autorais, concedendo-lhes o direito de explorar produtos ou serviços específicos.

2. de franquia

de franquias referem-se aos pagamentos regulares feitos pelos franqueados aos franqueadores, permitindo o uso contínuo da marca e do suporte operacional. O modelo de negócios de franquias é muito comum entre várias companhias.

Continuação: Royalties: o que são, quais os tipos e como funcionam

### 3. de recursos naturais

de recursos naturais são compensações financeiras pagas por empresas exploradoras ao governo ou proprietários de terras pela extração e produção de recursos como petróleo, gás natural e mineração.

#### Como ganhar dinheiro com royalties?

Ganhar dinheiro com royalties envolve a criação, detenção ou investimento em ativos que gerem pagamentos regulares.

Uma maneira é criar e comercializar propriedade intelectual, como livros, música ou inovações tecnológicas, recebendo royalties por seu uso.

Investir em empresas que pagam royalties, como aquelas na indústria de petróleo, gás ou mineração, é outra opção, oferecendo retornos financeiros com base na ex-

ploração de recursos naturais. É possível investir em empresas desse tipo através da bolsa de valores.

Participar de acordos de franquia, onde se recebe royalties pelo uso de uma marca estabelecida, também é uma estratégia.

Diversificar portfólios com investimentos em títulos vinculados a royalties proporciona uma fonte estável de renda ao longo do tempo. A compreensão dos setores e a escolha criteriosa de ativos são essenciais para maximizar os ganhos com royalties.

Quer saber mais sobre investimentos, negócios e finanças pessoais? Então leia nossos outros artigos abaixo para saber mais:

# Herdeiras de Garrincha ganham indenização pelo uso indevido da imagem do ídolo mundial

BLOGS



Para os desembargadores da 7ª Câmara de Direito Privado do Rio, ficou demonstrado na ação o interesse comercial da editora com a publicação da reportagem, rejeitando a tese de prestar uma homenagem ao antigo ídolo botafoguense. Sendo assim, o consentimento para reprodução e divulgação da imagem do jogador se tornou necessário, gerando a obrigação de indenizar os herdeiros por ofensa ao **direito** de imagem.

Treze herdeiras de Garrincha vão receber indenização de R\$ 10 mil, cada uma, pelo uso indevido da imagem do falecido ídolo do futebol brasileiro em reportagem da antiga revista "Placar", que circulou no período de 1992 a 1999.

Com a exibição da foto do jogador na capa, a reportagem mencionou fatos da vida íntima e privada de Manoel Francisco dos Santos, o "Mané Garrincha", inclusive o seu encontro com o 13º filho na Suécia. Na ação, filhas e netas do jogador alegaram desrespeito às normas constitucionais e civis protetoras do **direito** da personalidade, uma vez que não houve autorização por parte dos herdeiros. Para elas, o objetivo da reportagem foi apenas comercial, buscando aumentar o faturamento com a venda da revista.

Responsável pela publicação da "Placar", a editora Abril argumentou que se tratava de "matéria eminentemente jornalística e de que não havia necessidade de autorização em razão do jogador ser pessoa pública".

## Graciliano Ramos entra em domínio público e tem obra inédita publicada



Um belo dia, os compadres gavião e coruja se encontram e começam a conversar. Ele está com fome e ela, preocupada com a segurança dos filhos. O arremate é trágico e, ao final, o narrador entra para anunciar uma espécie de moral da história.

Parece uma fábula de La Fontaine, mas é Graciliano Ramos - num livro inédito que só vê a luz do dia, agora, porque a obra do autor acaba de entrar em domínio público.

É possível que, de outro modo, "Os Filhos da Coruja" nunca fosse publicado. Primeiro, porque é um poema. Segundo, porque foi feito sob um pseudônimo, J. Calisto. Cioso de como sua obra era apresentada ao público, o autor deixou instruções explícitas proibindo que textos escritos nessas condições fossem editados após sua morte.

"Ele achava ruim, se considerava um mau poeta", resume Ricardo Ramos Filho, neto do alagoano, que recebe a notícia dessa edição com "surpresa e tristeza", tachando-a como "uma sacanagem enorme".

"Graciliano deixou com meu pai determinações que sempre respeitamos, e agora que entra em domínio público, a primeira coisa que fazem é desrespeitar um desejo dele", afirma. "Sei que Graciliano não queria isso. Ele fazia revisão riscando palavras porque não

queria que ninguém visse, queimava a palavra com ponta de cigarro para que não fosse possível ninguém descobrir."

A questão é que a família não tem mais controle algum sobre isso. Segundo a lei brasileira, os herdeiros de um escritor detêm plenos direitos sobre sua obra apenas nos 70 anos que se seguem à sua morte.

Como o homem que escreveu "Vidas Secas" morreu em 1953, desde o último dia 1º de janeiro qualquer pessoa tem direito de imprimir e vender a sua própria edição de uma das obras-primas da segunda geração do modernismo brasileiro.

Ou qualquer outro texto da lavra de Graciliano. Este "Os Filhos da Coruja", de 1923, sai pela primeira vez em livro pela infantojuvenil Baião, braço da editora Todavia, que convidou o pesquisador Thiago Mio Salla para coordenar um projeto de publicações do autor que inclui romances e uma seleção de cartas com mais material inédito.

"Graciliano é um autor com representatividade tanto literária quanto comercial, e do ponto de vista intelectual, o domínio público abre possibilidades para que a obra seja editada de outras perspectivas, que agreguem novas leituras", afirma o organizador.

A intenção de seu projeto, diz, é investir em edições críticas cotejando diferentes versões dos textos, oferecer em cada livro um panorama sistêmico da obra completa do autor e selecionar rodapés de autores de ponta como Antonio Candido, outro nome editado pela casa.

E, sim, publicar material que Graciliano rejeitava, por entender que "o interesse pela obra do Graciliano é muito grande". "Ele queria manter uma imagem uniforme, sim, mas o que se construiu dele após a morte foi maior do que talvez ele mesmo imaginasse.



Continuação: Graciliano Ramos entra em domínio público e tem obra inédita publicada

Estamos falando de um dos maiores autores da literatura brasileira."

Segundo a editora Stéphanie Roque, da Companhia das Letras, as oportunidades abertas pelo domínio público tornam a obra do alagoano democrática e acessível, algo que agradaria ao próprio autor.

"Graciliano era um revisor muito rígido da língua, e tinha o mesmo rigor ético com suas personagens tão marcantes socialmente, de fora do eixo sudestino. São livros que vão reviver com novas leituras neste nosso contexto de pensar identidades."

Por meio do selo Penguin-Companhia, a casa publica a trinca de seus principais romances: "Angústia", "São Bernardo" e "Vidas Secas" --que outras editoras especializadas em trabalhar domínio público, como a Antofágica e o Clube de Literatura Clássica, também têm no prelo.

A divulgação mais ampla do autor, que era sucesso de crítica mas tinha público restrito em vida, começou com a editora Martins na década de 1960 e se consolidou na Record, que o edita desde 1975 e foi responsável pela comercialização de cerca de 2 milhões de cópias de "Vidas Secas" até aqui.

Desde então o autor não dá sinais de arrefecer, e Thiago Mio Salla está acostumado a vasculhar fontes primárias para descobrir novos textos do punho do Velho Graça desde os dois doutorados sobre sua obra que concluiu na Universidade de São Paulo.

Uma das culminações desse trabalho foi "Gar ranchos", reunião de 80 textos - até então inéditos, alguns sob pseudônimo - da inesgotável produção de imprensa do alagoano. Foi um trabalho feito junto à família do autor, que Mio Salla saúda como "sempre aberta e receptiva", e publicado há 12 anos pela Record.

A casa onde Graciliano fez morada, aliás, não tem planos de parar de editar seus textos --nem de romper

seu contrato com a família Ramos, que vigora até 2029. A decisão de fechar um acordo para além do domínio público, em 2018, foi para honrar a parceria de décadas com os herdeiros, afirma o diretor editorial Cassiano Elek Machado.

"É natural que agora venham dezenas de outras edições e percamos um pouco a performance com o autor, mas estamos tranquilos com a qualidade e a amplitude do nosso catálogo", afirma ele.

A Record põe suas fichas, este ano, "tanto em trunfos premium como econômicos", segundo o editor. Primeiro, um box caprichado com os três romances mais consagrados do autor, depois, uma versão de bolso de "Vidas Secas". E enfim, o volume "Prefeito Escritor", com os relatórios de quando, em sua vida pregressa ao sucesso literário, ele foi eleito para gerir a cidade de Palmeira dos Índios.

A editora continuará pagando **direitos** autorais à família por mais cinco anos, ao menos, agora com uma diferença relevante. Por iniciativa dos herdeiros, que criaram o Instituto Graciliano Ramos, parte do dinheiro vai para o Innocence Project Brasil, organização que atua em prol de pessoas encarceradas injustamente --assim como aconteceu com o autor durante o Estado Novo, como sabe quem leu as "Memórias do Cárcere".

O neto que defende seu legado com tanto empenho, Ricardo Ramos Filho, nasceu apenas dez meses após a morte do avô e seguiu seus passos tanto nos posicionamentos firmes quanto na profissão --não só abraçou a literatura como se tornou presidente, recém-reeleito, da União Brasileira de Escritores.

É alguém que entende do riscado e, nos últimos anos, procurou parlamentares de esquerda no Congresso para tentar mudar a lei que rege o domínio público. Não conseguiu.

Ele afirma, de pronto e com serenidade, ser "totalmente favorável" a disponibilizar publicamente a

Continuação: Graciliano Ramos entra em domínio público e tem obra inédita publicada

obra de Graciliano de graça a quem quiser ler. "Isso poderia ter acontecido até antes. A excrescência dessa lei é poder haver a comercialização da obra sem pagar nenhum **direito** autoral. E com o agravante de que muitos vão se aproveitar para publicar sem o menor cuidado."

É algo irônico que "Os Filhos da Coruja", editado na nascente nova fase do autor, gire em torno do medo

de ter seus descendentes devorados --um sentimento que, segundo a fortuna crítica da obra, tomava àquela altura o viúvo Graciliano, responsável sozinho por quatro rebentos. Como podemos ver, as leis da natureza são mesmo implacáveis. (Walter Porto / Fofhapress)

## Para OpenAI, "seria impossível criar inteligência artificial sem conteúdos protegidos por copyright"



(Imagem: Anadolu // Reprodução)

O ChatGPT é uma inteligência artificial (IA) geradora de textos. A partir de uma base de dados com milhares de conteúdos, ele analisa o que eles têm em comum e aprende a reproduzir padrões - ou seja, escreve algo na mesma pegada. Funciona para receitas de bolo, redações do Enem, reportagens e até livros de ficção.

Aí que está o problema: todos esses conteúdos foram feitos por alguém - e boa parte deles está protegido pelas leis de **direitos** autorais. Muitos autores, você deve estar imaginando, não concordaram com o uso de seus textos para treinar uma IA.

Isso tem gerado uma série de processos. Em setembro de 2023, vários escritores (entre eles, George R.R. Martin, de Game of Thrones) entraram com uma ação contra a OpenAI. Em dezembro, foi a vez do jornal The New York Times.

O problema não se restringe às IAs de texto. A , um dos maiores bancos de imagem do mundo, processou a Stability IA - é a criadora do Stable Diffusion, um dos principais robôs geradores de imagem (entenda aqui como essa tecnologia funciona).

A resposta da OpenAI

Em uma apresentação ao comitê de comunicação e seleção digital da Câmara dos Lordes, do Parlamento britânico, a OpenAI afirmou que, sem acesso a trabalhos protegidos por **direitos** autorais, não poderia treinar seus modelos de linguagem.

"Como os **direitos** autorais abrangem hoje praticamente todo o tipo de expressão humana, seria impossível treinar os principais modelos de IA da atualidade sem utilizar materiais protegidos por copyright", admite em seu documento. "Limitar os dados de formação a livros e desenhos de domínio público criados há mais de um século poderia resultar numa experiência interessante, mas não proporcionaria sistemas de IA que satisfizessem as necessidades dos cidadãos de hoje."

A principal defesa jurídica das empresas de IA é de que o uso desse material seria previsto sob a justificativa do "fair use". É um conceito da legislação dos Estados Unidos que permite certos usos de material de copyright sem a necessidade de autorização ou pagamento ao autor. É usado, sobretudo, para justificar a reprodução de material por empresas jornalísticas e de educação.

Essa lei não se aplica ao Brasil, diga-se. Por aqui, temos a Lei de **Direito** Autoral (Lei 9.610/98) e seus artigos 46, 47 e 48, que delimitam o que é e o que não é livre de uso. A norma, contudo, é de 1998 - então não considera a inteligência artificial na equação.

A OpenAI acredita estar agindo dentro dos meandros da lei, e que os processos são infundados. "Ao

Continuação: Para OpenAi, "seria impossível criar inteligência artificial sem conteúdos protegidos por copyright"

treinar nossos modelos, a OpenAI cumpre os requisitos de todas as leis aplicáveis, incluindo as leis de **direitos** autorais", afirmam. "Acreditamos que, legalmente, a lei de **direitos** autorais não proíbe o treinamento de inteligências artificiais."

Compartilhe essa matéria via: [WhatsApp](#) [Telegram](#)

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 4, 8, 11

**Patentes**

4

**Direitos Autorais | Direito da Personalidade**

7

**Direitos Autorais | Direito de Imagem**

7